

Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Lei nº 14.133/2021, art. 18, §§ 1º, 2º e 3º e Instrução Normativa SEGES nº 58/2022

LEONARDO
DE
ALMEIDA
XAVIER
06/02/2026 11:28

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O elevador instalado no Edifício Fórum do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região (TRT6) na cidade de Goiana-PE tem apresentado frequente deficiência operacional, mesmo com a realização de manutenções preventivas e corretivas. Esses problemas impactam negativamente o transporte vertical, essencial para o fluxo interno de magistrados(as), servidores(as), usuários(as) e materiais. As falhas recorrentes geram atrasos, aumentam os custos de manutenção corretiva e colocam em risco a segurança dos(as) usuários(as).

1.2 - Para apuração das condições do equipamento, foi realizada uma inspeção criteriosa, com base nas normas técnicas vigentes, para emissão de laudo definitivo sobre as condições de uso do equipamento.

1.3 - O laudo técnico teve por objetivo exclusivo e final analisar e apontar recomendações a respeito de não conformidades relacionadas à segurança e concepção observadas no elevador presente no imóvel objeto deste documento. O relatório fotográfico mostra claramente as condições de "improviso" na construção e montagem das estruturas metálicas de sustentação e corrida da cabina de passageiros, variando desde a utilização de complementos de perfis de dimensões distintas soldados, falta de acabamento das peças (tratamento contra oxidação / pintura), até a execução de soldas sem os mínimos padrões normativos (AWS D1.1, ASME Seção IX, NBR ISO 3834).

1.4 - Diante desse cenário, faz-se necessária a contratação de solução que permita restabelecer a confiabilidade, a segurança, a eficiência e a acessibilidade no transporte vertical do edifício, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as diretrizes institucionais de gestão predial sustentável.

2 - ÁREA REQUISITANTE

2.1 - Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA) - TRT6

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Da Sustentabilidade

O art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, normatiza que "as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas".

3.1.1 - As intervenções propostas - soluções apresentadas e materiais especificados - e os documentos técnicos produzidos que irão nortear a execução futura do serviço devem, no que couber, observar a legislação ambiental, notadamente o art. 32 da Lei nº 12.305/2010, art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, o art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, o Plano de Logística Sustentável do TRT6, a Resolução n.º 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Resolução CNJ nº 400/2021 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União.

3.1.2 - São considerados critérios e práticas sustentáveis que devem ser previstos no projeto, dentre PROAD n.º 6378/2026
Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.BRFG.FCSM:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

outros:

- a) O baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, com a inclusão de tecnologias para redução de consumo de energia, como motores regenerativos em elevadores;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, como aço e vidro recicláveis utilizados nas cabines;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, por meio de sistemas de iluminação LED e otimização de uso energético nos elevadores;
- d) Evitar desperdício de materiais, promovendo a reutilização de componentes durante a modernização dos elevadores;
- e) Maior vida útil e durabilidade e menor custo de instalação e manutenção de bens, equipamentos e da obra, utilizando sistemas de controle modernos que prolonguem o desempenho eficiente;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais, como sistemas de elevadores sem casa de máquinas;
- g) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local especializada em manutenção de elevadores;
- h) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.

3.2 - Dos Requisitos Legais

3.2.1 - As peças técnicas devem ser elaboradas em estrita observância às Normas Técnicas Brasileiras e demais legislações atuais e vigentes, em especial, mas não se limitando, às seguintes normas:

- ABNT NBR 16858-1:2020 Versão Corrigida: 2020 - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação, Parte 1: Elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas;
- ABNT NBR 16858-2:2020 Versão Corrigida: 2020 - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação, Parte 2: Requisitos de projeto, de cálculos e de inspeções e ensaios de componentes;
- ABNT NBR 5410:2004 / 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 5665:1983. Versão Corrigida: 1987 - Cálculos do tráfego nos elevadores;
- ABNT NBR 12892:2009 - Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação;
- ABNT NBR 14712:2013 - Elevadores elétricos e hidráulicos - Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca - Requisitos de segurança para construção e instalação;
- ABNT NBR 14364:1999 - Elevadores e escadas rolantes - Inspetores de elevadores e escadas rolantes - Qualificação ABNT NBR 15597:2010 - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Elevadores existentes - Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas;
- ABNT NBR 16083:2012 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes - Requisitos para instruções de manutenção;
- ABNT NBR NM 196-DEZ: 1999 - Elevadores de passageiros e monta cargas - Guias para carros e contrapesos - Perfil T;
- ABNT NBR NM 313:2007 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- ABNT NBR 9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR ISO 9386-1:2013 - Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional;

PRONAD n.º 6378/2026-1
Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.BNFZ.FCSM:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

- NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- NR-6: Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- e NR-35 Trabalho em Altura.

4 - LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

4.1 - Análise de Viabilidade da Contratação

4.1.1 - Levantamento de Soluções

Id	Descrições das Soluções
1	Modernização parcial do equipamento existente , com substituição de sistemas de comando, cabina, portas, guias e demais componentes críticos, visando ampliar a vida útil e corrigir não conformidades, porém mantendo o uso restrito à acessibilidade .
2	Substituição integral por elevador de passageiros , com fornecimento e instalação de novo equipamento em conformidade com normas técnicas atuais, garantindo segurança, eficiência energética e acessibilidade universal, além de atender ao fluxo geral de usuários do Fórum.

4.2 - Análise das soluções

4.2.1 - Solução 1: Contratação de empresa especializada para modernização do elevador.

Após realização de vistoria no elevador e análise do histórico de ocorrências deste elevador (PROAD n.º 14909/2019 - PROAD n.º 21002/2019 - PROAD n.º 1957/2025), concluiu-se que para garantir a segurança dos(as) usuários(as) mantendo o padrão de confiabilidade e o nível atual de tecnologia usualmente empregada, a maioria dos componentes deverão ser substituídos, tais como: quadro de comando (atualização), cabina, guias de carro e longarinas e outros componentes precisam de recuperação (cilindro hidráulico e cabeamento elétrico); Procedimentos onerosos e que contemplam quase a totalidade do ativo.

Vantagens:

- Reaproveitamento do sistema hidráulico (cilindro e central);

Desvantagens:

- Custo financeiro elevado, devido à necessidade de substituição de vários componentes estruturais (cabina, guias de carro e longarinas);
- Manutenção das características de projeto (apenas cadeirantes);
- Prazo de implantação da solução;
- Manutenção do conjunto da cabina atual, com as características construtivas fora das normas vigentes (conforme Laudo Técnico), impactando diretamente na segurança dos usuários.

4.2.2 - Solução 2: Contratação de empresa especializada para substituição do elevador.

O objeto inicial do contrato de fornecimento e instalação previa um elevador de uso restrito para acessibilidade, mas o equipamento em questão passou a ser utilizado para uso geral.



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

A eventual substituição do elevador permitirá a adequação da nova demanda da edificação e consequente atendimento aos padrões de segurança e acessibilidade vigentes.

Vantagens:

- Adequação à nova demanda do Fórum e atendimento a legislação;
- Atualização tecnológica;
- Aproveitamento da caixa de corrida existente;
- Enquadramento às novas demandas do Fórum (acessibilidade + público geral)

Desvantagens:

- Custo de aquisição e instalação;
- Prazo de implantação da solução;

4.3 - Critérios para a classificação das soluções

Analisando as vantagens e desvantagens descritas nos tópicos anteriores, chegamos a conclusão que, para garantir a segurança dos(as) usuários(as), o padrão de confiabilidade, eficiência, cumprimento das normas de acessibilidade e o nível atual de tecnologia usualmente empregada para este tipo de equipamento, concluímos que a solução 2 é melhor que a solução 1.

4.4 – Descrição da solução escolhida

Substituição integral por elevador de passageiros, com fornecimento e instalação de novo equipamento em conformidade com normas técnicas atuais, garantindo segurança, eficiência energética e acessibilidade universal, além de atender ao fluxo geral de usuários(as) do Fórum.

4.5 – Justificativa da solução escolhida

4.5.1 - A necessidade de adequação do transporte vertical no Fórum Trabalhista de Goiana/PE é tecnicamente viável, considerando que o mercado dispõe de soluções capazes de atender aos requisitos de segurança, acessibilidade, desempenho e conformidade normativa, variando desde a modernização parcial de sistemas até a substituição integral do equipamento; assim, conclui-se que a demanda apresenta viabilidade técnica e operacional, desde que observados os padrões mínimos de qualidade, sustentabilidade e a legislação aplicável.

4.5.2 - A substituição do equipamento fortalecerá a sustentabilidade da operação predial, alinhando-se às diretrizes do Plano de Logística Sustentável do TRT6 e contribuindo para um ambiente institucional mais eficiente e seguro. Além disso, a acessibilidade será significativamente aprimorada com a inclusão de recursos modernos, como painéis táteis e comandos de voz, beneficiando pessoas com mobilidade reduzida. A atualização tecnológica também irá adequar o elevador à performance esperada pelo Fórum e trazer economia no consumo de energia da edificação.

4.5.3 - Vale ressaltar que a caixa de corrida do edifício já foi concebida para a instalação de um elevador de passageiros padrão convencional, com dimensões praticadas em obras diversas, e preparada para receber equipamento de tração, polias e contrapeso (conforme Laudo Técnico);

4.5.4 - A experiência com contratações similares anteriores também nos mostrou que para evitar incompatibilidades entre componentes novos e antigos, bem como, levando em conta grande tempo de uso dos itens que seriam aproveitados, e principalmente, sua providência duvidosa, o indicativo ideal é proceder com a substituição integral dos elevadores, evitando assim problemas futuros de incompatibilidades bem como evitar futuros inconvenientes com a necessidades de termos aditivos



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

e/ou novas contratações para corrigir incompatibilidades.

4.5.5 - Concluimos que a substituição completa deste elevador é indispensável para alinhamento do equipamento às normas técnicas mais recentes (ABNT NBR 16858-1/2021, ABNT NBR 16858-2/2020, ABNT NBR 16858-3/2022) que estabelecem os requisitos para segurança e eficiência. Evidenciando, portanto, que o projeto atual apresenta ausência de padrões técnicos construtivos e de montagem, que comprometem a confiabilidade do equipamento.

4.6 - Relação entre a demanda prevista e a demanda a ser contratada

A demanda prevista neste Estudo Técnico Preliminar permanece inalterada em relação à apresentada no Documento de Formalização da Demanda.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 - Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elevador convencional para o imóvel do Fórum Trabalhista de Goiana, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), incluindo a desinstalação completa do equipamento atual.

5.2 - A contratação pretendida engloba:

- a) O fornecimento do projeto executivo eletrônico e eletromecânico do elevador, além das demais disciplinas necessárias para sua perfeita instalação;
- b) A desmontagem / desinstalação e retirada do elevador hidráulico existente no Edifício Fórum Trabalhista de Goiana, no estado de Pernambuco, visando à substituição total do equipamento (abaixo);

Descrição do Equipamento
Elevador hidráulico com capacidade de 225 kg ou 03 passageiros, 03 paradas, velocidade indefinida, fornecido pela ASR Elevadores. Não possui acionamento VVVF, o quadro de comando é composto por componentes eletrônicos da JR Comandos. A central hidráulica é de fabricação GMV de 150 l/min, com válvula reguladora de pressão 3010 EN. A porta é de abertura lateral com operador de fabricação Fimator, 220VAC e 800 mm de curso.

- c) Execução das obras civis complementares (acabamento da alvenaria, gancho para montagem, espaço para o quadro de comando, e impermeabilização do poço) para a instalação e funcionamento seguro do elevador;
- d) O fornecimento e instalação de um elevador elétrico novo de 3 paradas (inclusive com as peças e materiais utilizados na instalação), com capacidade mínima de 5 pessoas / 425 kg, sem casa de máquinas;
- e) O fornecimento dos documentos técnicos (manual de comissionamento, operação e manutenção, esquemas elétricos, as built) referentes ao equipamento;
- f) Assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva, por 12 meses), durante o período da garantia do equipamento, de acordo com cronograma físico-financeiro detalhado. A garantia do equipamento, que é oferecida pelo fabricante, envolve a manutenção corretiva apenas para a substituição de peças e serviços relacionados à implantação da solução, sendo necessária a contratação, além da manutenção preventiva, que não é coberta por esta garantia do fabricante, a manutenção corretiva para situações de desgaste natural de componentes (materiais de consumo), falhas por erro de operação, e agentes externos.

5.3 - A empresa CONTRATADA deverá realizar vistoria no elevador existente e levantamentos necessários para o cumprimento de normas técnicas, das condições de segurança, das condições da caixa de corrida, bem como confirmação de suas medidas, entre outras intervenções necessárias para

de e cópia, bem como comunicação de suas decisões, PROAD n. 6378/2026-2 DO C2. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.6570.FGSM: <https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

adequação da edificação.

5.4 - A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os insumos, ferramentas, equipamentos e outros materiais necessários à desinstalação do elevador existente, instalação do novo, e configuração dos equipamentos fornecidos que porventura se fizerem necessários para a execução dos serviços, além do fornecimento de mão de obra especializada.

5.5 - Características principais do elevador novo:

- Tipo de Equipamento: Elevador elétrico sem casa de máquinas;
- Quantidade: 1;
- Capacidade: 5 pessoas, 425 kg Percurso: 7m;
- Velocidade: 0,35 m/s;
- Paradas: 3;
- Denominação dos pavimentos e botoeira de cabina SS, T, 1;
- Entradas de Cabina: 1;
- Estrutura da caixa de corrida: em alvenaria sobre pisos e vigas de concreto;
- Medidas da caixa Largura x Profundidade: 1.850 mm X 2.900 mm;
- Profundidade do poço: 1.500 mm;
- Altura da última parada: 3.500 mm;
- Medidas mínimas da cabina Largura x Profundidade x Altura: 1100 x 1400 x 2.100mm;
- Dimensão mínima da porta Abertura x Altura: 800 x 2.000mm;
- Dimensões de Cabina: As dimensões da cabina devem comportar o transporte de passageiros em cadeira de rodas, de acordo com a legislação vigente;
- Acabamento de Cabina: Em aço inox escovado, e espelho meio corpo embutido no painel do fundo;
- Teto de Cabina: em aço inoxidável escovado com lâmpadas LED;
- Modelo do Corrimão da cabina: Tubular em inox polido, nos painéis laterais e do fundo;
- Porta de Cabina: Porta de correr automática, com abertura lateral ou central, com acionamento simultâneo com a porta de pavimento;
- Botoeira de cabina: Instalada sobre o painel lateral ou nos marcos da porta, com sinalização em led com indicação em Braille, fabricada em aço inox.
- Botoeira dos pavimentos: Instalada sobre os marcos da porta, com sinalização em led com indicação em Braille, fabricada em aço inox.
- Piso de Cabina: rebaixamento em 20 mm para receber acabamento em granito;
- Segurança: Régua de Segurança Eletrônica; Alarme na cabina com intercomunicador; Sensor de carga; Comando de emergência Bombeiros; Botão de abre e fecha porta; iluminação de emergência;
- Sinalização do pavimento dentro da cabina: Sistema de gravação informando qual pavimento a cabina parou, visando auxiliar as pessoas portadoras de deficiência. Além do display luminoso.
- Sinalização de chegada/saída do elevador no pavimento: Sistema de gravação informando no pavimento, a chegada/saída e qual a direção, visando auxiliar as pessoas portadoras de deficiência. Além do display luminoso.
- Sistema de Resgate Automático: Dispositivo eletrônico que detecta a falta de energia e conduz a cabina, de forma segura, até o pavimento mais próximo e liberando as portas da cabina e do pavimento.
- Ventilação: Ventilação forçada na cabine;
- Alimentação do motor: 380V - trifásico;
- Acionamento: VVVF (Variação de Voltagem e Variação de Frequência);

5.6 - Definição da Natureza Continuada ou Não dos Serviços.



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

O serviço objeto desta contratação não possui natureza continuada, visto que será estabelecido prazo de execução dos serviços de substituição de 01 elevador, mais a manutenção preventiva por 1 (um) ano, após o Termo de Recebimento Definitivo (contrato por escopo). Apesar do serviço de manutenção preventiva ser considerado como continuado, o seu valor em relação à todo o objeto a ser contratado é consideravelmente menor (aproximadamente 3% do total), o que caracteriza a contratação em tela, na sua totalidade, como serviço não continuado (contrato por escopo) por representar a maior parcela do custo total da contratação.

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 – Será contratada uma empresa especializada para:

Descrição	Qtd
Elaboração e Entrega do Projeto Executivo para o Elevador;	1
Desinstalação Completa do Equipamento Atual (elevador hidráulico) e Adequações da Caixa de Corrida;	1
Fornecimento e Instalação de Elevador Convencional de 3 paradas;	1
Serviço de Assistência Técnica (manutenção corretiva e preventiva).	1

7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 – Para este estudo preliminar a estimativa de preço foi fundamentada nos incisos II e III do §2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, seguindo as diretrizes da IN nº 65/2021, com base em pesquisas e contratações semelhantes realizadas por órgãos públicos em sítios eletrônicos especializados (Painel de Preços / Compras Governamentais / ComprasNet) e de domínio amplo, conforme Mapa de Preços elaborado de acordo com o art.29 do Ato TRT6 GP N.º 655/2023, tendo sido desconsiderados os incisos I e IV do mesmo dispositivo legal, conforme previsão na norma. Essa escolha se justifica pela natureza do objeto contratado, que se trata de serviço comum de engenharia para o qual não há tabelas oficiais ou outros bancos de dados governamentais aplicáveis, e cuja formação de preços no mercado não se baseia em composições de custos detalhadas.

A pesquisa de preços foi materializada em mapa denominado Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação, conforme modelo disponível em sítio eletrônico do TRT6.

Este valor reflete uma estimativa justa e suficiente para a realização integral do objeto, garantindo a competitividade da contratação e atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

7.2 – Orçamento detalhado

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elevador convencional para o prédio do Fórum Trabalhista de Goiana, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)						
Item	Especificação	Catser (Grupo / Código)	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Elaboração e Entrega do Projeto Executivo para o elevador;	3557	sv	1	R\$ 18.950,00	R\$ 18.950,00
2	Desinstalação completa do equipamento atual (elevador hidráulico) e adequações da caixa de		sv	1	R\$ 16.475,96	R\$ 16.475,96

PROAD n. 6378/20265002: Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.8502.FCSM: <https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
 Fone: (81) 3225-3200

	corrida;				
3	Fornecimento e Instalação de elevador convencional de 3 paradas, capacidade min. de 5 pessoas / 425 kg;	sv	1	R\$ 196.244,99	R\$ 196.244,99
4	Serviço de Assistência Técnica (manutenção corretiva e preventiva).	mês	12	R\$ 752,31	R\$ 9.027,74
Valor total da contratação (duzentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos).					R\$ 240.698,69

7.3 – Adequação Orçamentária

7.3.1 – Fonte de Recursos

Id	Valor	Fonte (Programa/Ação)
1	R\$ 240.698,69	Orçamento consignado ao Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região na Ação Apreciação de Causas da Justiça do Trabalho

7.3.2 – Estimativa de Impacto Econômico-Financeiro

Id	Valor	Exercício	Percentual	Análise e Conclusão
1	R\$ 240.698,69	2026	2,03%	Contratação viável

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 - Com vistas à ampliação da competitividade, aponta-se o que reza o art. 47, § 1o, da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

- I – da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1o Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

- I – a responsabilidade técnica;**
- II – o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;**
- III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.**

(grifos acrescidos)

8.2 - A Súmula n.º 247 do TCU expõe a necessidade da Administração observar nas licitações a possibilidade de parcelamento, quando técnica e economicamente viável:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, **cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

(grifos acrescidos)

8.3 - O Relatório da SECEX/CE, integrante ao Acórdão 732/2008 – Plenário, fez deliberações importantes quanto ao parcelamento e ao fracionamento do objeto a ser licitado, tendo sido acatado pelos Ministros do Tribunal de Contas da União:



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

138. **A questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto.** No caso vertente, como se trata de aquisição de tubos, conexões e equipamentos hidromecânicos para uma adutora, não vislumbramos qualquer impedimento para que o objeto seja parcelado, pois, a princípio, trata-se de bens divisíveis pelas suas próprias características construtivas, diferentemente da construção de prédio ou de uma casa, cujas características construtivas, via de regra, recomenda que seja executado por uma mesma empresa.

139. **Quanto à viabilidade econômica, realmente, contratos executados em um só lote costumam ter custos indiretos proporcionalmente menores, quando comparado com múltiplas contratações que abarquem o mesmo objeto, por conta da economia de escala.** Mas esse tipo de contratação só resultará em benefício à Administração se estiverem presentes outras condições, não evidentes neste caso, como, por exemplo, da ampla competição entre interessados, por exemplo, que não se configurou, haja vista terem comparecido apenas 2 (duas) empresas interessadas no certame, das quais, uma não conseguir sequer participar pelas razões já expostas.

(...)

142. Desta forma, quando não houver viabilidade de divisão do objeto, a Administração deve demonstrar de forma expressa e clara que o parcelamento não será a melhor alternativa. O voto do Ministro - Relator, quando do Acórdão no 358/2006 - Plenário, é claro nesse sentido: "Sobre o parcelamento (...), tem-se que ele está previsto no §1º, do art. 23, da Lei no 8.666/93, constituindo-se como regra. Embora sua adoção não constitua medida inafastável, pois não deve implicar perda de economia de escala, há que se realizar sempre prévia avaliação técnica e econômica antes de descartá-la.

... **"Assim, em todas as aquisições, cumprem à Administração demonstrar cabalmente que o parcelamento não se mostra como melhor opção técnica e econômica, de maneira a autorizar a perda da competitividade decorrente de sua não utilização."**

(grifos acrescentados)

8.4 - Considerando a natureza do objeto, não é indicado o seu parcelamento, uma vez que as atividades referentes ao fornecimento dos bens e execução dos serviços a serem contratados são interdependentes e devem ser executadas por uma única empresa, reduzindo assim os custos e os riscos da contratação.

8.5 - O não parcelamento do objeto oferece maior nível de controle por parte da Administração, torna a fiscalização dos serviços mais eficaz e proporciona redução do custo total dos serviços, tendo em vista a possibilidade de otimizar serviços recorrentes em cada contratação como: canteiros, profissionais da administração direta (engenheiros, técnicos etc.), maquinários diversos, andaimes e limpeza.

8.6 - Sob o aspecto técnico e funcional, parcelar a contratação separando a manutenção dos equipamentos e sistemas da execução dos demais serviços traria os seguintes riscos:

- Descontinuidade na operação dos sistemas, com possível perda de garantia, falhas operacionais e riscos à segurança e usabilidade da edificação;
- Desconhecimento técnico da nova configuração dos sistemas por outra empresa, dificultando o diagnóstico de eventuais falhas e o comissionamento adequado;
- Incompatibilidade entre fornecedores distintos, comprometendo o desempenho e a interoperabilidade dos sistemas implantados;

Do ponto de vista econômico e contratual, o parcelamento:

- Aumentaria os custos indiretos com mobilização, seguros, garantias, logística e administração de dois contratos;
- Ampliaria a carga administrativa da fiscalização e gestão contratual, demandando equipes distintas para controle de dois contratos sobre um mesmo objeto físico;
- Geraria risco de sobreposição de escopos e disputas de responsabilidade entre contratadas diferentes.



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

8.7 - Ademais, na hipótese de parcelamento, há que se considerar a possibilidade de frustração dos procedimentos licitatórios ou descompasso nas contratações, fatos que prejudicariam a execução do objeto final, sem falar na dilação do prazo para a conclusão dos serviços.

8.8 - Para o atendimento da demanda apresentada, com a prestação indireta dos serviços, foram analisadas contratações similares de outros órgãos públicos e contratações privadas. Identificou-se as seguintes hipóteses de contratação:

- a) Contratação, por escopo, de empresa especializada para o fornecimento e instalação de elevador, com fornecimento de materiais e insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- b) Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e manutenção corretiva do novo elevador instalado, dentro do prazo de garantia do equipamento;

8.9 - Tais hipóteses de contratação não limitam a participação na licitação, visto que se trata de formas usuais de contratação para os serviços relacionados ao fornecimento e manutenção de elevadores. Após análise das opções apresentadas pelo mercado e em outras contratações públicas, a solução que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração, observando a eficiência e efetividade do processo licitatório e a assistência técnica a ser feita no novo elevador durante o período da garantia do equipamento, é a contratação que contempla tanto o fornecimento e instalação do equipamento quanto a manutenção durante o período da garantia do novo elevador instalado, de modo a garantir uma única responsabilidade civil e técnica sobre o elevador elétrico instalado.

8.10 - Por todo o exposto, a contratação da forma proposta justifica-se pelos princípios da economicidade, da eficiência, da racionalidade da gestão pública e da obtenção do melhor resultado para o interesse público, conforme previsto no art. 47, § 1º, Lei n.º 14.133/2021 e elencado no Acórdão 732/2008 do TCU transcrito acima.

8.11 - Não será possível o atendimento às previsões contidas no art. 48, I e III, da Lei Complementar n.º 123/2006, que se referem à exclusividade ou cota de 25% para Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), considerando que o valor da contratação é superior a R\$80.000,00 e o objeto é indivisível, pelas razões já expostas acima.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 - Não existem outras contratações que estejam atreladas ao objeto em questão.

10 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1 - O objeto desta demanda está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 desta Administração, tendo em vista que a sua necessidade foi verificada após vistoria técnica (realizada em 2025) e emissão de laudo que apontaram a impossibilidade de continuidade do uso do elevador atualmente instalado no Fórum Trabalhista de Goiana/PE.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 - Os resultados esperados com esta contratação incluem:

- Adequação do elevador a atual demanda da edificação, garantindo maior segurança e eficiência no transporte vertical de pessoas e materiais.
- Aumento da confiabilidade, minimizando interrupções e falhas;
- Promoção da sustentabilidade institucional, com a adoção de sistemas mais eficientes em consumo de energia;

PRONAD n.º 6378/2026
Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.BMFZ.FCSM:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

- Melhoria na acessibilidade, atendendo às normas vigentes e promovendo inclusão para pessoas com mobilidade reduzida;
- Aperfeiçoamento das condições de trabalho, proporcionando maior conforto e satisfação para os Magistrados, Servidores e demais usuários.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1 - Não há necessidade de providências adicionais por parte do TRT6 antes da celebração do contrato. O ambiente não requer adaptações específicas, licenças ou autorizações. Além disso, a CEMA dispõe de servidores com formação técnica em edificações, plenamente capacitados para fiscalizar e gerir a execução do objeto desta contratação, caso necessário.

13 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - A presente contratação, voltada à elaboração de projeto executivo, desinstalação do equipamento atual e instalação de novo elevador, apresenta impacto ambiental mínimo, uma vez que envolve atividades essencialmente intelectuais, sem geração significativa de resíduos ou consumo de recursos naturais. No entanto, possíveis impactos podem estar relacionados ao deslocamento de profissionais e ao uso de insumos como papel e energia elétrica durante a execução dos serviços. Para mitigar esses impactos, recomenda-se a adoção de práticas sustentáveis, como o uso racional de recursos, a digitalização de documentos e a realização de reuniões remotas sempre que possível.

13.2 - Já a futura execução da substituição do elevador poderá gerar impactos ambientais, os quais serão considerados e mitigados no projeto elaborado. Entre as principais medidas previstas estão a adoção de logística reversa para o descarte correto de componentes antigos, a implementação de tecnologias energeticamente eficientes, o uso de materiais recicláveis e a redução no consumo energético, garantindo alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade da Administração.

13.3 - Os possíveis impactos ambientais devem ser diminuídos através da gestão de riscos elaborada pela empresa Contratada, que deverá orientar os seus funcionários na adoção de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- d) Adoção de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

14 – DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 - Com base nas informações levantadas durante os Estudos Técnicos Preliminares, verifica-se que a contratação é adequada e necessária para atender à necessidade do Fórum Trabalhista do TRT6 em Goiana/PE. A solução proposta demonstra viabilidade técnica e custo-benefício, com base em critérios de eficiência, segurança e sustentabilidade, além de estar em conformidade com os padrões normativos e econômicos aplicáveis.

15 – CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Os critérios técnicos observam o atendimento às especificações previstas em edital.



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

15.1 – Critérios Técnicos Pontuáveis

Não se verifica a existência de critérios técnicos pontuáveis, uma vez que o critério de “técnica e preço” não se aplica ao objeto desta contratação.

15.2 – Critérios de Seleção

15.2.1 – Modalidade de Licitação

A modalidade de contratação escolhida é o **Pregão Eletrônico**, fundamentada no art. 1º do Decreto n.º 10.024/2019, e na Lei n.º 14.133/2021, no seu art. 6º, inciso XLI.

O art. 6º, alínea “a”, inciso XXI, da Lei n.º 14.133/2021 deixa claro que todo serviço de engenharia que tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, aplica-se à modalidade de contratação tipo Pregão.

Conforme previsto no Art. 1º do Decreto n.º 10.024/2019, o Pregão visa à aquisição de bens e à contratação de serviços comuns, incluídos os serviços de engenharia. O mesmo Decreto define que: “serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei n.º 5.194/1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado”.

Os serviços de substituição de elevadores possuem padrões de desempenho e qualidade e são objetivamente definidos por especificações usuais do mercado, onde inúmeras empresas prestam esse tipo de serviço, existindo disponibilidade imediata para sua execução, além de permitir o pré-estabelecimento do prazo de execução dos serviços e prazo de vigência do contrato. Conclui-se assim que o objeto deste contrato se trata da execução de serviço comum de engenharia.

15.2.2 – Critério de julgamento

O critério de julgamento será o de **maior percentual de desconto global aplicado de forma linear**, conforme art. 33, inciso II, e art.34 §2º, da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que o objeto da contratação pode ser definido de forma precisa, sem necessidade de avaliação técnica diferenciada. Esse critério garante ampla competitividade, transparência e economicidade, assegurando que a proposta mais vantajosa seja selecionada exclusivamente com base no menor valor ofertado.

15.2.3 – Justificativa para contratação direta

Não será aplicada a contratação direta, pois o valor estimado para essa contratação é superior ao previsto na Lei n.º 14.133/2021 para dispensa de licitação de serviços de engenharia.

15.3 – Qualificação Técnica

Requisitos de Capacidade e Experiência

15.3.1 -A licitante deverá apresentar Declaração de que tomou conhecimento de todas

PRONAD n.º 6378/2026
Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.BRFG.FCSM:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

15.3.1.1 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

15.3.2 - Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) para a área de atuação de instalação de elevadores, em plena validade.

15.3.2.1 - Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

15.3.3 - Por se tratar de um serviço comum de engenharia, prevalece o art. 6º, inciso XXI, da Lei n.º 14.133/2021 quanto à apresentação dos(as) profissionais técnicos(as) responsáveis pela execução da obra ou serviços de características semelhantes ao objeto deste estudo, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(a) de atestado de responsabilidade técnica:

Para o(a) Engenheiro(a) Mecânico(a) ou Técnico(a) Mecânico(a): serviços de substituição, modernização, instalação, montagem de elevadores com/sem casa de máquinas.

Para o(a) Engenheiro(a) Eletricista ou Técnico(a) Eletrotécnico(a): serviços de instalações elétricas em baixa tensão e quadros de comando microprocessados.

15.3.3.1 - O/A(s) profissional(is) indicado/a(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

15.3.4 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados para:

a) **Serviços de substituição de elevadores** com características equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação:

- velocidade de 0,35 m/s;
- capacidade mínima de 425 kg, 3 paradas;
- com / sem casa de máquinas;
- acionamento VVVF;
- quadro de comando microprocessado; e

b) **Serviços de manutenção e assistência técnica** em elevadores com quadro de

PROAD n.º 6378/2026
Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2026.BRFG.FCSM:
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



Cais do Apolo nº 739 - Recife - PE - CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

comando microprocessado.

15.3.4.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.3.4.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.3.4.4 - O(A) fornecedor(a) disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16 – EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO

16.1 – Coordenadora da Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA), chefe da Divisão de Apoio a Engenharia de Manutenção (DAEM) e servidora da Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações (DAAPC):

Ana Carolina Câmara de Oliveira Ferraz (CEMA);
Leonardo de Almeida Xavier (DAEM);
Luciana Leite Silva Barboza (DAAPC).

17 – EQUIPE DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 – A equipe de gestão e fiscalização será composta pelos seguintes servidores:

INTEGRANTE	TITULAR(ES)	SUBSTITUTO/A(S)	UNIDADES
Gestores(as)	Ana Carolina Câmara de Oliveira Ferraz (CEMA)	Carlos Eduardo Danzi Vanderlei (SGC)	Coordenação de Engenharia de Manutenção (CEMA) Seção de Gestão e Controle (SGC)
Fiscais técnicos(as)	Leonardo de Almeida Xavier (DAEM)	Bruno Arruda de Albuquerque (SCR)	Divisão de Apoio a Engenharia de Manutenção (DAEM) Seção de Climatização e Refrigeração (SCR)
Fiscais administrativos(as)	Carlos Eduardo Danzi Vanderlei (SGC)	Gustavo Pedro de Carvalho Lacerda (DGO)	Seção de Gestão e Controle (SGC) Divisão de Gerenciamento Operacional (DGO)

Recife, 02 de fevereiro de 2026



Cais do Apolo nº 739 - Recife – PE – CEP 50030-902
Fone: (81) 3225-3200

ANA CAROLINA CÂMARA DE OLIVEIRA FERRAZ
Coordenadoria de Engenharia de Manutenção

LEONARDO DE ALMEIDA XAVIER
Divisão de Apoio a Engenharia de Manutenção

LUCIANA LEITE SILVA BARBOZA
Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações

